

SELETA*

URUGUAI, DE VOLTA AO BRASIL

José Antonio Soares de Souza

Depois de quase dois anos de ausência, o Visconde do Uruguai regressava ao Rio de Janeiro, no dia 7 de outubro de 1856. Aparentemente nada mudara: o ministério continuava o mesmo e a política que, com as eleições por círculo, se pretendia modificar, continuava a mesma. Os jornais noticiaram a chegada do Visconde de Uruguai, como de costume. Transcreveram mesmo as palavras de despedida que, em Paris, ele ouvira na última noite que passou na sua cidade natal, da boca do representante do Império. Não lhe faltaram também, ao chegar, amigos poetas que lhe dessem as boas vindas em verso.

Mas, se tudo isso era tão igual ao que se habituara - pois o homem que esteve no poder tantas vezes acabou por se habituar às homenagens e às lisonjas - se todas essas aparências eram ainda as mesmas, na realidade as transformações que se operaram foram profundas. O próprio Visconde do Uruguai voltava da Europa outro homem. As palavras que, meses atrás, escrevera a Paranhos eram verdadeiras: "Não sou mais homem de oposição. O tempo, a minha posição e alguma experiência mais que aqui tenho adquirido me tem dado mais juízo". Do Senhor Paulino, o batalhador de outros tempos, nada mais restava, nem a barba que, durante vinte anos, lhe contornara o rosto. Agora, o Sr. Paulino mais do que nunca o Visconde do Uruguai, de cabelos inteiramente brancos, barbeado como um pastor protestante e com 49 de idade, modificara-se muito: já era um homem de juízo.

Mas o que pensava da política esse homem de juízo? A política que, na aparência, continuava a mesma, modificara-se também bastante. O Marquês do Paraná morrera em 3 de setembro de 1853. E a morte do presidente do Conselho, nas condições em que se encontravam os partidos,

transformaria o cenário político do país, pois a conciliação, como fórmula política, só poderia subsistir amparada pela vontade do Marquês: ele desaparecendo, a conciliação, por sua vez, desapareceria.

A conciliação em si, não significa, em absoluto, apogeu político. Os partidos, quando renegam o seu passado, as suas lutas, as suas idéias - razão de ser de sua própria existência - demonstram o desânimo e a descrença e, na política, o ceticismo não é qualidade aconselhável. Para se fazer acreditar, o político necessita crer ou, ao menos, se persuadir de que crê, ainda que em um absurdo. Na política, como na religião, apenas os símbolos imperam. No dia em que estes já não têm mais força de evocar os ideais que pretendem representar, é que caducaram e necessitam de substituição por novos símbolos, de acordo com os ideais da época. Os partidos que se unem, pela conciliação, já não representam idéias e os símbolos que ainda usam já não significam mais nada, são fórmulas vazias. A conciliação foi, justamente, o primeiro sintoma de decadência dos partidos que apareceram em 37. Eles já não mais se adaptavam ao quadro político da época, pois, para as questões que dia a dia surgiam, era mister uma nova organização partidária. De 37 a 42, dos choques e das lutas de liberais e conservadores, saíram a reconstrução e a consolidação das instituições imperiais. Refeito das crises internas, unificado pela força do poder central que, de 44 em diante, tudo absorveu, entrou o país numa fase de novas lutas, em busca da fixidez de suas fronteiras. A luta, portanto, fora o fator principal da sua evolução, durante cerca de trinta anos. Agora, porém com a conciliação, desaparecera a luta e, com ela, a vida. Em política, a confusão e a fraqueza caracterizam esta fase de liquidação.

Enquanto Paraná vivia, impedira com a sua vontade obstinada e com o prestígio de seu nome que a confusão dos partidos, consequência inevitável, se verificasse. Também impedira o presidente do Conselho que a fraqueza do Governo aparecesse, ainda que a missão de Pedro Ferreira ao Paraguai, já a deixasse transparecer. Mas, morto Paraná, tudo mudou rapidamente. O ministério, composto de políticos notáveis pela habilidade e inteligência, e ainda que assumisse a presidência do Conselho o Marquês de Caxias, foi soterrado pela sua própria obra: no último dia de abril de 1857 caía, diante da nova legislatura, eleita pela lei de círculos.

A escolha do novo presidente do Conselho, na situação em que se encontravam os partidos, não era coisa fácil. Dos conservadores vermelhos, o único que se não incompatibilizara com a política da conciliação, era o Visconde do Uruguai que, dada a amizade que o unia a Paraná, até então nada dissera sobre a conciliação, como principal finalidade de uma organização

ministerial. A escolha de D. Pedro II recaiu assim no Visconde do Uruguai. Melhor do que o Imperador, que sempre concordara em seus bilhetes com as idéias do Senhor Paulino, poucos o conheciam. Sabia-o mais homem de estudo e de ação do que propriamente um chefe político partidário, com idéias arraigadas, ou dogmas políticos. Com o poder nas mãos, sempre encontrara Uruguai ocasião para a construção de uma obra acima das facções. Não era um político doutrinário que se cingisse a um credo absoluto, mesmo a sua principal característica no governo, a ação, não era suscetível de método verídico para todos os casos e ocasiões. A habilidade, em toda a sua vida, fora o único método seguido, em política, pelo Visconde do Uruguai. Talvez, agora, chamando-o, o Imperador pretendesse que a conciliação, depois de ter sido uma questão de força de vontade com Paraná, se transformasse numa questão de habilidade com o Uruguai.

(...) O Visconde do Uruguai, chamado ao Paço no dia 30 de abril, aí compareceu às 7 horas da noite, sendo então convidado pelo Imperador para organizar o novo ministério. De uma notícia publicada no **Anuário da Revista dos Dois Mundos**, a recusa fora motivada por discordar completamente da política de conciliação e isso depois de longas conferências com o Imperador. A conferência (e não conferências) entre D. Pedro II e o seu ex-chanceler devia ter sido rápida. A de Mofras, com quem Uruguai agora se correspondia com certa familiaridade, contava ele o seguinte: "J'ai été appelé au commencement du mois dernier par l'Empereur pour former un nouveau Ministère, et j'ai cru devoir décliner cet honneur, dans les circonstances actuelles." As circunstâncias atuais, o mesmo motivo que em 1835 dera a Castro Silva, faziam rejeitar agora a presidência do Conselho. Já no dia 1º de maio, Paranhos comunicava ao Visconde: "O Marques de Olinda foi chamado para preencher a tarefa que V. Exa. declinou. Fique isto entre nós. O Marquês há de chegar amanhã de Petrópolis".

Mas quais eram as circunstância que o impediam de voltar ao poder? Nesse particular a notícia do Anuário era exata. A conciliação que o Imperador sustentava, se não foi o inspirador, não era considerada por Uruguai como causa, mais sim como efeito do estado geral em que se achava o país. Um ano depois, na sessão de 28 de maio de 1858, ele dirá, no Senado, o seu pensamento sobre a política de conciliação, nestas palavras: "Começarei por declarar que nunca compreendi e ainda hoje não compreendo esta política. Creio que o governo, apregoando-a do modo pelo qual o faz, promete aquilo que não pode fazer, e atribui a si resultados que não são seus. Conciliar, creio eu, segundo a significação literária desta palavra, é fazer concordar pessoas divididas por interesses e opiniões. Há sempre na

sociedade interesses que não se pode fazer concordar; há sempre opiniões que não é possível homologar... Senhores, há na sociedade humana um ebulição constante que tende transformá-la. Não está no poder do Governo fazer a sociedade como ele entende; há de recebê-la tal qual ela é. O tempo altera e modifica tudo à roda de nós, modifica-nos também todos os dias; não pensamos hoje como pensávamos há anos; não temos hoje os mesmos interesses que nos moviam em épocas anteriores. O mesmo acontece aos partidos. É da deslocação desses interesses, da mudança das circunstâncias e opiniões, é do arrefecimento dos ódios e das paixões, é destas modificações que resulta uma nova disposição dos espíritos, a conciliação. A missão do Governo consiste em auxiliar, concorrer por todos os meios ao seu alcance para facilitar e encaminhar esse resultado, removendo os obstáculos, em lugar de os pôr, mais isto não é bandeira, não é política. É uma tendência, uma necessidade irresistível de certas épocas na sociedade”.

(A vida do Visconde de Uruguai, 567-572.
São Paulo, Editora Nacional, 1944. Coleção
“Brasileira”, v. 243).